



**Apresentação**  
**Dossiê: Livros para crianças – ontem e hoje**

*Presentation  
Books for children – yesterday and today*

Juliano Guerra Rocha  
**Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)**

Minas Gerais – Brasil

Claudia Panizzolo

Fernando Rodrigues de Oliveira

**Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)**

São Paulo – Brasil

A produção editorial voltada para o público infantil, no Brasil e no exterior, especialmente a partir do século XIX, se avolumou e se especializou. Os livros, enquanto suporte de textos destinados às crianças, tornaram-se objetos apropriados para uso em escolas e em outras instituições educativas. Consequentemente, o Estado passou, cada vez mais, a assumir a responsabilidade de regular, controlar e censurar seus conteúdos.

Ao longo da história, não foram poucos os eventos e as polêmicas envolvendo temáticas e livros destinados ao público infantil, que resultaram em ações de censura, recolhimento de exemplares e discursos ofensivos de parlamentares, para citar algumas das manifestações do poder público contra determinadas obras e seus autores. Nos primórdios da legislação educacional voltada ao livro infantil no Brasil, por exemplo, a preocupação estava sobretudo centrada no conteúdo e na forma, que deveriam estar alinhados às ideologias do governo. Com o passar dos anos, outras questões foram incorporadas à legislação, como os direitos autorais, a qualidade do material, a profissionalização de autores, editores, ilustradores e demais trabalhadores envolvidos na produção e impressão dos livros.

Neste dossiê, propomos problematizar a questão do livro voltado ao público infantil, no passado e no presente, analisando-o sob diferentes perspectivas. Os **16 artigos** aqui reunidos podem ser organizados em dois grandes eixos: o primeiro discute aspectos relacionados às obras literárias destinadas às crianças; o segundo aborda, especificamente, os livros de uso escolar, voltados ao ensino dos conteúdos que integram o currículo da escola, atualmente chamados de “livro didático”, no Brasil, e “manual escolar”, em Portugal, embora, tenham recebido outras denominações em outros tempos.

No que se refere aos artigos vinculados ao eixo da análise de obras literárias destinadas ao público infantil, **dez textos** compõem esse grupo. O primeiro, “Versos de João de Deus para o povo e para as crianças: da conceção à publicação”, de Elsa Rodrigues e Augusto Deodato Guerreiro, os autores apresentam um estudo que analisa uma obra de poesia dirigida às crianças de Portugal, publicada em 1911. Rodrigues e Guerreiro abordam a concepção gráfica da obra, cuja seleção de poesias foi realizada por João de Deus Ramos e as ilustrações são de autoria de António Carneiro, aproximando-a de outras produções literárias do século XIX e início do século XX.

“O que liam os jovens em Pelotas e Rio Grande (RS) entre os anos de 1820 e 1933?” é o título do artigo de Eduardo Arriada, Gabriela Medeiros Nogueira e Caroline Braga Michel. Os autores buscaram responder à questão que intitula o texto a partir dos pressupostos teóricos e metodológicos do paradigma indiciário, de Carlo Ginzburg, e do circuito de comunicação, de Robert Darnton. Arriada, Nogueira e Michel analisaram cerca de 100 livros destinados ao público infantojuvenil, revelando que os jovens liam tanto textos escolares quanto obras de autores amplamente difundidos e reconhecidos no período.

Em “Para além dos livros de leitura e das séries graduadas: os livros para a infância entre fins do século XIX e início do século XX na cidade de São Paulo”, Claudia Panizzolo investiga o que liam ou poderiam ler as crianças brasileiras e ítalo-descendentes na capital paulista, a partir das seguintes perguntas: as crianças tinham acesso aos livros? Esses livros existiam para um público leitor infantil? Havia outro tipo de literatura além daquela adotada no espaço escolar? O livro escolar foi o primeiro livro de literatura infantil? Ancorada nos referenciais da História Cultural e da História da Infância, a autora discute as traduções e adaptações que começaram a circular desde o início dos anos 1800, a criação de bibliotecas destinadas às crianças, na década de 1870, e um tipo de literatura voltada à escola, como as fábulas e os álbuns ilustrados, até chegar aos livros de leitura e às séries graduadas,

específicas para o uso escolar. Como conclusão, Panizzolo aponta que livros de literatura infantil já existiam, assim como os livros de leitura; o que faltava, na maioria das vezes, eram crianças com condições econômicas para acessá-los.

As autoras Ana Raquel Costa Dias e Elis Regina da Silva Oliveira produziram o texto “Livros de literatura infantil de Iracema Meireles e Eloisa Meireles: história, cultura e educação em debate”, no qual problematizam a produção literária de Iracema Meireles, escritora pernambucana, e de sua filha, Eloisa Meireles. Iracema é autora da famosa cartilha de alfabetização “A casinha feliz” (1970). Apoiando-se no referencial historiográfico da História Cultural, Dias e Oliveira apresentam uma análise das obras “Historinhas da Vovó Marieta”, “Novas Histórias da Vovó Marieta” e “Outras Histórias da Vovó Marieta”, publicadas no final do século XX. As autoras demonstram que essas obras foram lançadas em um contexto no qual, no Brasil, difundia-se a teoria da psicogênese da língua escrita, período marcado por uma efervescência na produção de obras didáticas e literárias.

Em “Uma série literária voltada à formação das mocinhas brasileiras: *Ana Selva* (1974-1975), de Virgínia Lefèvre”, Fernando Rodrigues de Oliveira e Amanda Topic Ebizero analisam as representações sobre o processo de formação das meninas mediante a identificação do projeto estético-pedagógico idealizado por Virgínia Lefèvre nos livros da série “*Ana Selva*”, publicados entre 1974 e 1975, pela Edições de Ouro (Editora Tecnoprint). Oliveira e Ebizero partem de uma análise centrada nos pressupostos da História Cultural, o que os permitem observar como essa série, composta por seis livros, visam a modelar o comportamento, as ações e os sentimentos do público leitor feminino na mesma medida em que constrói representações sobre a “evolução de caráter” da personagem protagonista da série: *Ana Selva*.

No artigo “Representações do feminino entre a criança e a jovem: ‘Quando chegará o dia em que virarei cisne?’”, Flávia Brocchetto Ramos e Terciane Ângela Luchese analisam a dimensão artística e as representações presentes na obra “A cor do azul”, da escritora gaúcha Jane Tutikian, publicada em 1984 e vencedora do Prêmio Jabuti. O objeto de estudo de Ramos e Luchese é a narrativa verbal da obra, analisada a partir de quatro movimentos analíticos: “(I) a construção do enredo pela protagonista; (II) a complexidade da juventude e da literatura; (III) a vida em grupo num bairro periférico; e finaliza com o pensar que (IV) a literatura se faz pelo modo de dizer”.

O texto “Formação literária e literacia visual: uma análise da obra “O barco dos sonhos”, de Rogério Coelho”, de autoria de Ludmila Magalhães Naves e Ilsa do Carmo Vieira Goulart, apresenta uma análise descritiva da obra destacada no título, classificada como livro de imagem. Lançado em 2015, “O barco dos sonhos” recebeu diversas premiações, entre elas o Prêmio Jabuti de 2016, na categoria Ilustração de Livro Infantil. Naves e Goulart explicam que a narrativa criada por Coelho promove a “literacia visual”, na medida em que “as narrativas visuais podem incentivar a apreciação das artes visuais, desencadeando uma experiência estética literária por meio da educação do olhar, o que contribui significativamente para a formação literária”.

Em “A experiência leitora e a construção da autonomia infantil: reflexões a partir da obra ‘Nanão’”, Josiele Vita da Silva Tavares e Renata Junqueira de Souza analisam a obra “Nanão”, escrita e ilustrada por Gustavo Piqueira, discutindo, página a página, as possíveis ações que o professor-mediador da leitura literária pode desenvolver a partir desse livro. As autoras ilustram suas propostas com perguntas e sugerem atividades que promovem tanto a participação das crianças quanto o desenvolvimento da compreensão leitora. Destacam, a partir de suas reflexões, que “por meio da interação social, do pensamento e da linguagem – elementos que favorecem o desenvolvimento de habilidades psíquicas –, a criança amplia sua compreensão não apenas dos textos, mas também do mundo que a cerca”.

Na sequência, Lucilene Rezende Alcanfor, Jorge Garcia Basso e Cecília Costa Moreira apresentam o artigo “As culturas indígenas na literatura infantil e juvenil brasileira”, no qual divulgam uma pesquisa que “localizou e catalogou 194 títulos de obras literárias infantis e juvenis que abordam temas relacionados às culturas indígenas, produzidas desde os anos 1980 até 2024 no mercado editorial brasileiro”. Alcanfor, Basso e Moreira explicitam as características desses livros, que estão vinculados a 70 autores brasileiros – 38 mulheres e 32 homens –, dos quais 33 são indígenas e 37 não indígenas. Entre esses escritores, destaca-se Daniel Munduruku, com o maior número de títulos publicados, totalizando 47 obras catalogadas.

Ainda no eixo dos textos que analisam obras literárias destinadas ao público infantil, temos o artigo “Da história para a literatura: a guerra em várias dimensões”, de Damião de Lima e Daniela Maria Segabinazi, que aborda os temas fraturantes na literatura, entre eles, a questão da guerra. Os autores analisam os livros “Fumaça” (2011), de Antón Fortes; “A guerra” (2018), de José Jorge Letria; e “Caçada” (2021), de Fernando Vilela, com foco no

projeto gráfico, nas ilustrações e no diálogo entre texto verbal e visual. A temática da guerra é tratada por se configurar como um conteúdo presente nas aulas de História, frequentemente percebido pelas crianças de forma distanciada. Lima e Segabinazi destacam que “a literatura torna humana a história das guerras, pois, por um lado, provoca em seus leitores um olhar sensível, crítico e de acolhimento às pessoas ali envolvidas e, por outro lado, colabora com uma compreensão mais acessível dos conhecimentos históricos ao promover e aproximar os estudantes de fatos por vezes tão distantes, mas muito reais”.

No eixo dos artigos que tratam de obras didáticas, encontram-se **seis textos** que analisam livros destinados ao ensino dos conteúdos das disciplinas do currículo escolar, tanto no Brasil quanto em Portugal.

O primeiro texto, “Uma cartilha portuguesa no Brasil do século XIX: movimentos de aproximação”, de autoria de Carlos Humberto Alves Corrêa e Lilian Lopes Martin da Silva, abre esse bloco destacando uma obra destinada ao ensino das primeiras letras, escrita pelo português Emílio Achilles Monteverde: “Método facílissimo para aprender a ler, tanto a letra redonda como a manuscrita, no mais curto espaço de tempo possível”, editada pela primeira vez em Portugal, no ano de 1836. Corrêa e Silva analisam aspectos da materialidade, da produção editorial e da proposta de ensino da obra em questão. Além disso, abordam elementos da trajetória de Monteverde e do método proposto na cartilha, bem como desvendam o percurso de sua circulação pelas províncias brasileiras no século XIX.

“Aprender a ler bem é ouvir atentamente a leitura do mestre”: Terceiro Livro de Leitura, de Abílio César Borges” é o texto assinado por Márcia Cabral da Silva e Lorennna Bolsanello de Carvalho, cujo objeto de estudo é o “Terceiro Livro de Leitura”, de autoria de Abílio César Borges, o Barão de Macaúbas. As autoras analisam a 65<sup>a</sup> edição da obra, publicada em 1890, buscando descrever sua materialidade, seu conteúdo e situá-la no contexto da produção de livros escolares brasileiros no século XIX. Observam que o método empregado no livro foi “inspirado em modelos europeus e norte-americanos, permeados por ideais civilizatórios de modernidade pedagógica”.

Vera Lucia Martiniak e Luciana Kubaski Alves são as autoras do artigo “A escolarização da infância no início do século XX no Paraná”, cujo objetivo é investigar o ensino das primeiras letras às crianças no território paranaense, a partir das cartilhas utilizadas nesse processo. Martiniak e Alves mapeiam os métodos de ensino e os livros empregados na alfabetização,

destacando tanto uma produção de caráter regional quanto obras de abrangência nacional, que circulavam em outros estados brasileiros no início do século XX. As autoras ressaltam que as cartilhas analisadas no estudo “ultrapassavam a sua função instrumental, pois também serviam como veículo e instrumento para difundir a ideologia da classe dominante”.

Em seguida, Helena de Barros, no artigo “ABC ilustrado: métodos de pesquisa através de imagens para identificação de um dos primeiros abecedários coloridos em língua portuguesa”, analisa um abecedário que a autora considera ser um dos primeiros impressos em cores no Brasil. Perscrutando indícios na própria obra, em fontes documentais e utilizando uma ferramenta de inteligência artificial, Barros apresenta o ano de publicação do “ABC ilustrado” e de seu contexto de produção. “Registrando o estilo visual, técnicas gráficas e influências pedagógicas de sua época, os métodos de pesquisa apresentados neste estudo resgatam dados precisos, indicando que este abecedário foi idealizado na Alemanha, em 1892, com ilustrações de Christian Votteler (não creditado nas edições brasileiras), adaptado para o Brasil em 1906, por iniciativa da renomada Editora Laemmert”.

Fazendo uma investigação sobre a presença de autores brasileiros em manuais escolares de Português em Portugal, Francisca Izabel Pereira Maciel, Juliano Guerra Rocha e Maria de Lourdes Dionísio identificaram nove autores brasileiros em livros aprovados para uso nas escolas portuguesas no biênio 2024/2025. No texto “Autores brasileiros nos manuais escolares de Português em Portugal”, Maciel, Rocha e Dionísio buscaram responder, a partir da análise de 13 manuais, às seguintes questões: “Como os autores brasileiros são apresentados nos manuais escolares portugueses? De que forma seus textos são explorados com mais frequência nesses livros?” O estudo revelou que as notas biográficas dos escritores brasileiros destacam, principalmente, premiações recebidas, além de aspectos relacionados à sua formação e atuação profissional. As atividades propostas em torno dos textos são, predominantemente, direcionadas à análise gramatical e à identificação de diferenças entre as variedades do português do Brasil e de Portugal.

“O protagonismo infantil versus o livro didático na Educação Infantil do município de Manaus” é o texto assinado por Clijes Ramos Aragão, Fabrício Valentim da Silva e Arycia Giseli de Melo Sousa, que se dedicaram a analisar os livros da coleção “Adoletá”, adotados por instituições de Educação Infantil em Manaus. A obra em questão integrou o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) para a Educação Infantil, que incluiu essa etapa da educação básica no edital de 2022. Ao confrontar esse material com as Diretrizes Curriculares

Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), Aragão, Silva e Sousa afirmam que os livros da coleção analisada apresentam “muitas contradições quando comparados com os documentos normativos para a Educação Infantil [...], numa clara tentativa de treinamento e preparação das crianças para o Ensino Fundamental, assemelhando-se às cartilhas”.

Por fim, esperamos que os artigos deste dossiê ampliem o debate em torno dos livros destinados ao público infantil, no passado e no presente da educação brasileira e portuguesa, e colaborem para refletirmos sobre a responsabilidade da escola em oferecer materiais de qualidade às crianças. Muitas vezes, é a escola que coloca, pela primeira vez, o objeto livro nas mãos de uma criança. No entanto, não pode ser qualquer livro, seja ele literário ou didático. Nos estudos realizados pelos autores, observa-se que a qualidade estética e gráfica, sem perder de vista a dimensão do conteúdo, que não deve reproduzir estereótipos e contemple as diferenças humanas, é um aspecto que precisa estar presente nesses materiais. Ao longo da história, o professor vem aprimorando seu olhar para analisar essas obras. Hoje, diante de tanta diversidade, acreditamos que torna-se cada vez mais imperativo que os cursos de formação de professores ampliem esse olhar, para que os docentes sejam leitores e curadores de bons livros infantis.

#### **Sobre os autores:**

##### **Juliano Guerra Rocha**

Doutorado em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia. Professor Adjunto da Universidade Federal de Juiz de Fora

E-mail: [professorjulianoguerra@gmail.com](mailto:professorjulianoguerra@gmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7101-0116>.

##### **Claudia Panizzolo**

Doutorado em Educação: História, Política, Sociedade pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2006). Professora da Universidade Federal de São Paulo.

E-mail: [claudia.panizzolo@unifesp.br](mailto:claudia.panizzolo@unifesp.br). ORCID: <https://orcid.org/0003-3693-0165>.

##### **Fernando Rodrigues de Oliveira**

Doutorado em Educação pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Marília. Professor da Universidade Federal de São Paulo.

E-mail: [fernando.oliveira13@unifesp.br](mailto:fernando.oliveira13@unifesp.br). ORCID: <https://orcid.org/0002-5609-550X>.

Recebido em: 08/07/2025

Aceito para publicação em: 09/08/2025